

DESAFIOS GLOBAIS, SOLUÇÕES EUROPEIAS

Agenda empresarial para a União Europeia 2024/29



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL



Cofinanciado pela
União Europeia

Mensagem do Presidente



Armindo Monteiro
Presidente da CIP

Vamos a eleições num contexto muito diferente daquele que tínhamos em 2019. Questões de segurança e defesa são tema central pela primeira vez desde a Guerra Fria, deparamo-nos com um aumento exponencial de medidas protecionistas dos principais *players* a nível mundial, e as relações transatlânticas deixaram de ser um porto seguro para a Europa.

Vivemos parte do ciclo europeu 2019-2024 a dar resposta a situações de emergência, nomeadamente a pandemia e a crise energética, onde o papel da União Europeia (UE) foi fundamental para mitigar consequências, encontrar soluções conjuntas, e ajudar os Estados-Membros a navegar em tempos de turbulência. Mas respostas *ad-hoc* a emergências contínuas retiraram o foco à estratégia de médio e longo prazo que a UE tem de desenhar com rapidez.

A UE tem de se tornar mais ágil no atual contexto geopolítico mundial em clara deterioração. Terá de ser capaz de se reposicionar e transformar, mas simultaneamente defender com afinco a manutenção dos valores europeus, a importância da diplomacia e a abertura do comércio internacional.

Os temas económicos precisam de uma renovada proeminência no debate sobre eleições europeias. 2023 foi mais um ano dececionante para a economia da UE a nível de crescimento – foi também a sétima vez, nos últimos dez anos, que o crescimento dos Estados Unidos da América (EUA) excedeu o da UE. Em termos de investimento produtivo, a diferença entre a Europa e os EUA continua a aumentar. Só as propostas no âmbito do Pacto Ecológico em 2022 representam um total de quase 2 mil milhões de euros de encargos administrativos adicionais para as empresas europeias.

Não havendo dúvida sobre a necessidade de manter as ambições verdes da UE, sabemos hoje que estas não podem ser alcançadas através de camadas de legislação que paralisam as empresas e travam – em vez de incentivarem – o percurso para uma economia mais sustentável e o desenvolvimento da tecnologia necessária a esta transição.

Temos de assegurar uma implementação adequada da grande quantidade de legislação afincadamente desenhada pela Comissão Europeia ao longo dos últimos cinco anos, mas ao mesmo tempo levar a cabo um processo sério de simplificação. É urgente injetar um novo dinamismo no mercado europeu, e criar condições de contexto que estimulem o investimento privado e a inovação. É necessário dotar os agentes europeus dos meios necessários para beneficiarem das oportunidades que acompanham os momentos de grandes transformações.

Não haverá um modelo social europeu, nem uma transição verde, nem liderança digital da Europa sem uma economia forte. A CIP – Confederação Empresarial de Portugal apresenta, neste documento, a sua visão para a UE nos próximos cinco anos e as áreas de ação fundamentais para restaurar a competitividade e confiança do setor privado, e alavancar a capacidade de reação, inovação e investimento das empresas europeias. Só desta forma seremos capazes de criar riqueza e empregos de qualidade e, assim, assegurar um crescimento robusto e sustentável.

Áreas de ação para uma Europa em crescimento

1. Impulsionar o investimento e a inovação.....	06
2. Criar um quadro regulatório que incentive um ambiente empresarial dinâmico.....	08
3. Tornar o pacto ecológico europeu numa verdadeira agenda de crescimento.....	10
4. Alavancar o mercado único e uma política industrial centrada na competitividade.....	12
5. Promover a aquisição de competências e atrair talento.....	14
6. Defender a abertura do comércio internacional.....	16



01

Impulsionar o
investimento e a
inovação

Os dados revelam a evidente perda de atratividade e competitividade da UE nos últimos anos: entre 2019 e 2021, o investimento direto estrangeiro diminuiu dois terços na UE, tendo aumentado dois terços nos EUA, e o número de projetos de investimento de raiz na UE diminuiu 15 % entre 2021 e 2022, em comparação com um aumento de 18 % nos EUA¹. Um relatório recente do Banco Europeu de Investimento (BEI) afirma que as condições de investimento na UE estão a deteriorar-se e que, em termos de investimento produtivo, a Europa tem uma diferença de 1,5 pontos percentuais do PIB face aos EUA.

Gráfico 1 | Investimento produtivo (% PIB real)



Fonte: Banco Europeu de Investimento, Relatório de investimento 2023/24

É imperativo revitalizar o investimento privado, de forma a expandir a inovação e a capacidade produtiva da UE. A estrutura de capitais das empresas deve ser reforçada, e acompanhada por um clima de negócios favorável ao investimento e ao desenvolvimento de condições propícias à incorporação e ao uso seguro de novas tecnologias.

O investimento público tem também um papel importante. O novo quadro de governação económica deve ser aplicado não só na perspetiva da disciplina orçamental, mas de uma melhor composição das finanças públicas, por forma a favorecer dinâmicas de crescimento. Em particular, essa aplicação deve **assegurar mais espaço para o investimento público, evitando que continue a ser utilizado como variável de ajustamento nos processos de consolidação orçamental.**

A UE tem também de voltar a colocar a inovação no centro das suas políticas. **A inovação impulsionou**

cerca de dois terços do crescimento económico da Europa nas últimas décadas.²

Mas a UE compara sistematicamente mal face a grandes concorrentes mundiais no que diz respeito à despesa interna bruta em investigação e inovação:

em 2021, esta foi de 2,16% do PIB na UE, 3,3% no Japão e 3,46% nos EUA, e a UE tem menos empresas consideradas líderes mundiais. Para além disso, a Europa continua a não conseguir capitalizar a sua excelente base científica em prol da inovação, e tem um desempenho fraco no que diz respeito a conseguir levar as suas ideias ao mercado. As consequências a curto e médio prazo serão significativas.

Gráfico 2 | Despesa interna bruta em investigação e inovação, total em % do PIB

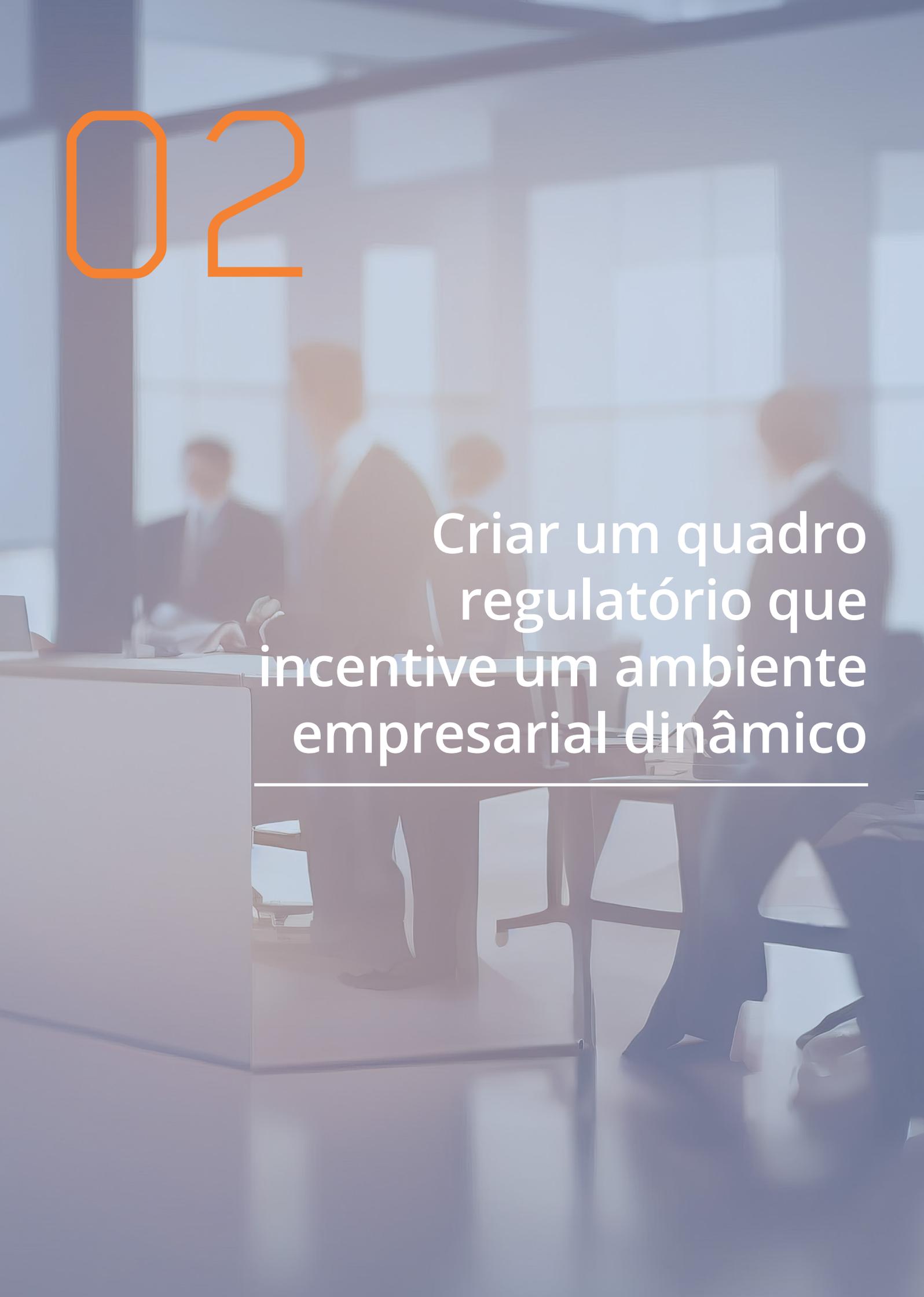


Fonte: OCDE

Para além de ser necessário aumentar o investimento, é necessário minimizar a aversão ao risco, presente na cultura europeia, bem como estimular o capital de risco: em 2020, o financiamento de capital de risco no mercado da UE foi sete vezes inferior ao dos Estados Unidos. **Uma agenda europeia para o investimento e a inovação será assim fundamental para assegurar o crescimento de médio prazo na UE.**

¹ UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development), World Investment Report <https://unctad.org/publication/world-investment-report-2023>, julho 2023.

² Banco Europeu de Investimento, [Innovation Overview 2023](https://www.eib.org/pt/innovation-overview-2023) (eib.org).

A blurred background image of a modern office interior. Several people in business attire are visible, some standing and some sitting at desks, engaged in work. The lighting is bright, suggesting large windows. The overall tone is professional and dynamic.

02

Criar um quadro
regulatório que
incentive um ambiente
empresarial dinâmico

As empresas europeias identificam o ambiente regulatório como um dos principais fatores que ameaçam a atratividade da UE como local de investimento, só ultrapassado pelos preços da energia³.



As transições ecológica e digital deram, naturalmente, origem a uma enorme quantidade de nova legislação. Entre 2017 e 2022, 502 obrigações novas, vindas da UE foram dirigidas às empresas, o que representa 3670 páginas de regulamentação⁴. Só as propostas no âmbito do Pacto Ecológico em 2022 representam um total de quase dois mil milhões de euros de encargos administrativos adicionais para as empresas europeias.

Sem pôr em causa a necessidade de enquadrar por via legislativa essas transições, constatamos que **o resultado conduziu a um excessivo peso cumulativo dos diferentes regulamentos, por vezes com obrigações de reporte desproporcionais, e legislação mal concebida.**

A regulamentação na Europa deve servir o propósito para o qual foi desenhada. Regulamentações intrusivas, desproporcionadas, pouco claras e contraditórias devem ser eliminadas, evitando-se, por outro lado, a revisão de legislação em vigor com resultados comprovados ou sem que os resultados sejam avaliados. A União Europeia deve, ainda, aplicar um «diagnóstico» de competitividade e assegurar avaliações de impacto de alta qualidade a todas as novas iniciativas políticas e regulamentares da UE. É também necessário dar seguimento aos esforços recentemente introduzidos para reduzir os elevados

custos de conformidade enfrentados pelas empresas.

Uma agenda de *better regulation* não significa desregulamentação. Em sectores orientados para o futuro, e que podem tornar-se um motor da competitividade europeia, é necessário criar um quadro regulamentar estável e ambicioso. **Mas a preocupação da UE não se deve limitar a manter a liderança legislativa – é igualmente necessário criar os incentivos necessários ao desenvolvimento e crescimento destes setores na Europa.**

³ BusinessEurope, Reform Barometer 2023 – «The EU's global competitiveness under threat», março 2023.

⁴ MEDEF & Confrontations Europe, «New obligations imposed by European regulations on companies between 2017 and 2022», março 2023.

03

An aerial photograph of a rural landscape. In the foreground, there are large, rectangular fields of harvested crops, likely corn, showing distinct rows. A white wind turbine with three blades is positioned on a small hill. The background features rolling hills, dense green forests, and a winding river. The sky is clear and blue. The text 'Tornar o pacto ecológico europeu numa verdadeira agenda de crescimento' is overlaid in white, with a horizontal line underneath it.

Tornar o pacto
ecológico europeu
numa verdadeira
agenda de crescimento

A Europa precisa de retomar o crescimento económico. Isto é uma necessidade se queremos provar o sucesso da transição verde, defender o modelo social europeu, e mitigar tendências populistas e antidemocráticas.

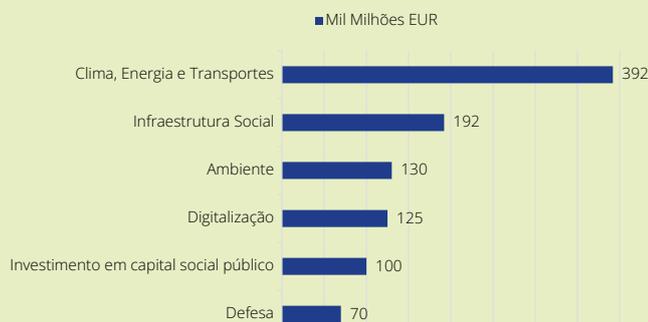
Os últimos anos focaram-se na criação do quadro legislativo do Pacto Ecológico Europeu. Se quisermos atingir os nossos objetivos de emissões líquidas nulas em 2050, os próximos anos devem ser dedicados à implementação e concretização efetiva para atingir estas metas.

Mas como tem vindo a ser crescentemente reconhecido, os custos desta transição são muito elevados e **é necessário alavancar o Plano de Investimento Verde Europeu.** Estima-se que o nível atual das subvenções verdes da UE seja de €50 mil milhões por ano (0,3% do PIB). Mas este valor irá diminuir para menos de metade em 2026 (para cerca de €20 mil milhões anuais), com o final do mecanismo de recuperação e resiliência. Para colmatar o défice anual das necessidades de investimento verde, seriam necessários novos recursos da UE no valor de 180 mil milhões de euros entre 2024 e 2030⁵.

Para ter sucesso, é necessário robustecer a base de produção na Europa. Importa mantermos a liderança a nível da produção de energia neutra em carbono, eletrificar onde possível, e adotar tecnologias de fabrico limpas por recurso a combustíveis descarbonizados. Os licenciamentos devem ser acelerados, e os seus procedimentos simplificados, acautelando simultaneamente a minimização dos impactos ambientais. Acima de tudo, **é necessário que fique claro que será através de uma forte colaboração entre o setor público e privado, e a adoção de calendários realistas, que poderão atingir-se estas grandes ambições verdes.**

Por último, a UE deve consciencializar-se que não pode resolver o problema das alterações climáticas agindo sozinha. É necessário reforçar a cooperação internacional em matéria de clima nos próximos anos, honrar os compromissos atualmente existentes, aderir aos protocolos acordados e assegurar diplomacia ao lidar com países parceiros.

Gráfico 4 | Necessidades de investimento anuais em áreas selecionadas



Fonte: European Environment Agency

Precisamos de descarbonizar sem desindustrializar e garantir que as empresas têm os meios para investir nesta transformação profunda. A existência de facto de novas tecnologias limpas, vai exigir ainda grandes investimentos para que seja possível alcançarem escala industrial e serem custo-eficientes. Urge, assim, reforçar os incentivos para a transição verde, também para fazer face e mitigar as implicações sociais e económicas da descarbonização, para assegurar um processo socialmente justo e economicamente sustentável.

⁵ Bruegel, [A new governance framework to safeguard the European Green Deal \(bruegel.org\)](https://www.bruegel.org/publications/a-new-governance-framework-to-safeguard-the-european-green-deal), setembro 2023.

04

Alavancar o mercado
único e uma política
industrial centrada na
competitividade



O Mercado Único Europeu, que celebrou em 2023 o seu 30.º aniversário, é fundamental para assegurar a competitividade da UE. Saudamos a renovação da vontade política neste projeto e esperamos que o relatório Letta injeite um novo dinamismo no debate, seguido de medidas concretas para aprofundar o mercado único. **O próximo ciclo europeu deve voltar a colocar o mercado único no centro das suas prioridades, e assegurar que se tira proveito de todo o seu potencial.** Estima-se que os benefícios da eliminação dos obstáculos que existem ao bom funcionamento do mercado único de bens e serviços a nível dos Estados-Membros poderão ascender a €713 mil milhões até ao final de 2029, um montante semelhante ao do pacote de recuperação «Next Generation EU»⁶. É também necessário dinamizar as áreas que estão longe de funcionar como um verdadeiro mercado interno.

Mercado único da energia: o mercado único da energia continua longe de ser uma realidade, como se tornou bem visível na situação que se experienciou na Península Ibérica com a crise energética. Avançar com a construção de interligações energéticas eficazes mantém-se fundamental para alcançar um verdadeiro mercado único da energia.

Mercado único digital: a economia digital na UE não está a avançar com rapidez suficiente para se manter competitiva em relação a outras regiões do mundo. Embora o objetivo de reforçar o mercado único digital tenha sido incluído em toda a legislação europeia horizontal, a integração das tecnologias disponíveis continua a ser baixa. Será necessário avançar nestas matérias, assegurando a coerência jurídica e a implementação uniforme, assegurando que a UE é um líder no digital não só a nível de legislação, mas também a nível de adoção e desenvolvimento de tecnologia, e de infraestruturas adequadas.

União bancária e dos mercados de capitais: os avanços que se fizeram durante a crise financeira não foram terminados. Será importante atingir uma verdadeira união bancária, nos seus três pilares, com o estabelecimento de uma solução comum para o fundo de garantia de depósitos e um *backstop* no mecanismo europeu de estabilidade.

Auxílios de Estado: é necessário analisar em detalhe o relaxamento temporário das regras de auxílios de Estado, que tem vindo a ser prolongado desde março de 2020. Quando a Alemanha e a França representam 77% de toda a ajudar aprovada, é natural que estejamos a criar desequilíbrios e a prejudicar o *level playing field*. Este relaxamento foi necessário

para apoiar as nossas empresas face às diferentes crises dos últimos anos, e é necessário que a UE faça frente aos apoios significativos que os seus principais concorrentes, a nível mundial, estão a colocar à disposição das suas empresas. Mas será fundamental assegurar que todos os Estados-Membros têm as mesmas condições para apoiar as suas empresas.

A UE precisa, também, de encontrar o seu rumo a nível de política industrial. Vimos serem apresentadas três estratégias nos últimos quatro anos, e há falta de um direcionamento claro que consiga gerar a confiança dos investidores. **A estratégia industrial europeia deve ser desenvolvida e implementada com o objetivo de tornar a atual base industrial mais robusta**, adaptando-se e aproveitando as oportunidades que surgem dos novos desenvolvimentos tecnológicos e concorrendo para o sucesso da dupla transição ecológica e digital.

A UE necessita de uma estratégia ambiciosa, que evite dependências excessivas, mas que rejeite claramente uma ilusão de autossuficiência, com o consequente fecho da Europa sobre si própria, adotando antes uma abordagem que favoreça a diversificação e encurtamento das cadeias de valor sob o impulso e direção das próprias empresas. Nesse sentido, deve desenvolver, não uma política industrial dirigista, mas uma estratégia que vise melhorar a competitividade e que incentive as empresas de todas as dimensões e setores a investir, inovar e crescer. **O Pacto Ecológico deveria ser, assim, acompanhado de um Pacto Industrial.**

⁶Parlamento Europeu, *Mapping the costs of non-Europe*, 2019-24, Abril 2019.

05

Promover a aquisição
de competências e
atrair talento

As empresas portuguesas e europeias deparam-se com um quadro concorrencial difícil e imprevisível, onde **a falta de recursos humanos constitui mais um problema de difícil superação**. 22% das empresas no setor industrial indicaram que a escassez de mão de obra estava a restringir a sua capacidade de produção no final de 2023, bem acima da média de longo prazo de 13%.



Este problema estrutural será agravado uma vez que se espera que a força de trabalho na UE diminua de 205 milhões em 2022 para 184 milhões de pessoas em 2025⁷ e que a UE perderá 50 milhões de trabalhadores até 2050⁸. Mas este não é um problema meramente quantitativo, mas também de **persistente desconexão entre as competências e qualificações das pessoas e as necessidades das empresas e dos mercados**.

Para a Europa liderar nas transições verde e digital, **é necessário um esforço mais significativo de up-skill e re-skill**. Devem apoiar-se os Estados-Membros nos seus esforços para reforçar a aposta no ensino e na formação profissional por forma a providenciarem uma resposta célere e com qualidade às novas necessidades dos mercados de trabalho, com particular destaque para as competências digitais.

É, igualmente, necessário conceber e implementar rapidamente programas de reconversão que sirvam de instrumento à transição/requalificação dos trabalhadores, dotando-os de competências mais modernas e adequadas às necessidades do tecido produtivo, bem como melhorar a atratividade dos setores e profissões, tornando-os mais apelativos às gerações jovens. Mas é necessário que as medidas sejam implementadas de forma eficiente e deve evitar-

se a proliferação de iniciativas com impactos limitados, como temos vindo a ver em anos recentes.

A isto, acresce um aspeto que parece ter ficado esquecido, que é a **necessidade de se desenvolverem estratégias realistas promotoras da natalidade** o que convoca uma multiplicidade de políticas para, entre outros efeitos, dar resposta à falta de mão-de-obra.

São também necessárias políticas de migração económica que, sem prejuízo da salvaguarda da segurança, favoreça a **atração e integração de ativos com qualificações e capacidade para serem inseridos nos setores mais necessitados de recursos humanos**, eliminando obstáculos injustificados à respetiva contratação e criando soluções para que sejam bem integrados, tanto do ponto de vista profissional como familiar e social.

⁷ Parlamento Europeu, Mapping the costs of non-Europe, 2019-24, Abril 2019.

⁸ Fondation Robert Schumann, Europe 2050: Demographic Suicide (robert-schuman.eu), fevereiro 2018.

06

Defender um comércio
internacional aberto
em prol de uma
economia competitiva

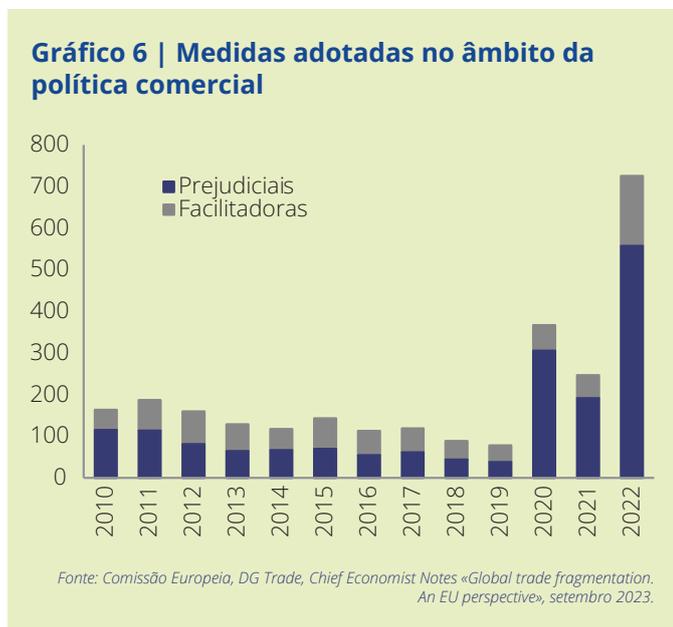


A política comercial desempenhou durante décadas um papel fundamental no apoio à competitividade da UE e na influência nas decisões de investimento na Europa. O compromisso com **uma política comercial aberta deve ser renovado no atual contexto geopolítico internacional**, sendo peça fundamental para complementar e apoiar outras políticas importantes da UE, e de forma ultrapassar muitos dos desafios que hoje enfrentamos: aumentar a resiliência através da diversificação das importações; criar oportunidades de mercado para empresas europeias; melhorar a segurança e mitigar os riscos geopolíticos; promover normas mais sustentáveis e garantir condições de concorrência equitativas.

Mas é **necessário continuar a transformação da política comercial europeia, em curso, de forma a garantir o level playing field**. Neste sentido, a UE tem vindo a adotar importantes instrumentos de defesa comercial, sendo fundamental assegurar uma implementação eficaz destas novas medidas.

O sistema multilateral baseado em regras tem de continuar a ser plenamente apoiado pela UE.

Para tanto, revela-se fundamental a concretização do processo de reforma da OMC, designadamente, a reforma do Órgão de Resolução de Litígios como garante da eficácia do sistema e das condições equitativas do mercado.



Não pode haver autonomia estratégica sem abertura. A UE deve continuar a prosseguir uma agenda comercial positiva que visa aumentar o acesso ao mercado de países terceiros. Os acordos comerciais da UE com o Quênia, o México e o Mercosul deverão entrar em vigor o mais urgentemente possível, e as negociações em curso com a Austrália, a Índia, e os

países da Associação das Nações do Sudeste Asiático deverão acelerar e ser concluídas. Deve ser dado um novo ímpeto com vista a garantir a implementação eficaz dos acordos já em vigor, permitindo assim às empresas beneficiar devidamente das oportunidades criadas por estes.

Deve-se, ainda, procurar reduzir os custos de fazer negócios com os EUA e garantir uma relação equilibrada com a China que tenha em conta os riscos crescentes. A UE deve, ainda, aderir ou promover alianças informais com alguns países em casos de impossibilidade de concluir um acordo, por forma a proteger os interesses das empresas nesses mercados.

A Estratégia de Segurança Económica da UE, em desenvolvimento, deverá assegurar que há uma avaliação contínua do impacto das medidas na competitividade da UE e que o processo de redução do risco das cadeias de valor industrial deve continuar a ser essencialmente orientado pelo mercado. **A UE deve evitar intervenções públicas excessivas e colocar mais ênfase na criação das melhores condições-quadro possíveis** para que as empresas alcancem a liderança tecnológica e se mantenham competitivas a nível internacional a longo prazo.

Por último, **é necessário acentuar a coerência e a eficácia da política de desenvolvimento da UE**, por forma enfrentar os desafios criados pelos atuais conflitos no mundo, as alterações climáticas e a digitalização. Em relação a África, o futuro imediato e a médio prazo, passa por executar os programas inseridos no âmbito do Global Gateway e melhorar a cooperação com vista à paz, segurança e migrações. Só desta forma a UE conseguirá assegurar que mantém um papel relevante a nível mundial.



CIP

**CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL**



PROGRAMA DEMOGRAFIA,
QUALIFICAÇÕES
E INCLUSÃO



**Cofinanciado pela
União Europeia**